

Protocolo Ético da Rede Arandu: Pesquisa Colaborativa com Povos Indígenas LGBTQIAPN+

Tchella Fernandes Maso¹
Giorgio Garcia Cristofani²
Alessandra Prates Barreras Carriero³
Yara Martinelli⁴

Resumo: Este artigo apresenta o Protocolo Ético da Rede Arandu, uma proposta feminista e decolonial para pesquisas colaborativas com povos indígenas LGBTQIAPN+. Argumentamos que a superação do extrativismo acadêmico exige diretrizes éticas que geram uma reconfiguração radical das relações entre pesquisadoras e comunidades, baseada em reciprocidade, escuta ativa e compromisso político. Metodologicamente, o protocolo foi elaborado por meio de oficinas participativas com pesquisadoras indígenas e não indígenas, integrando críticas pós-coloniais, epistemologias feministas e escutando sugestões de representantes do movimento indígena. O artigo está estruturado em três seções: (1) uma reflexão metodológica sobre o processo de construção do protocolo ético, destacando os fundamentos teóricos, políticos e epistêmicos que o informam, ancorados nos argumentos de Janyst & Ball, Linda Tuhiwai Smith, María Lugones e Rita Segato; (2) uma apresentação analítica do conteúdo do protocolo, discutindo seus princípios, eixos estruturantes e orientações práticas, como consentimento contínuo e devolutiva estratégica; (3) um debate sobre as contribuições da iniciativa para investigações acadêmicas e os desafios que se impõem à consolidação de uma ética pautada na justiça social. Concluímos que o protocolo não é somente um instrumento metodológico, mas um dispositivo político que vincula a produção de conhecimento às lutas por justiça ontoepistêmica, redefinindo o sentido da pesquisa como prática coletiva, situada e engajada.

Palavras-chave: ética em pesquisa; decolonialidade; povos indígenas; interseccionalidade; LGBTQIAPN+.

¹ Doutorado em Estudos Feministas e de Gênero. Universidade de Brasília/Universidade Federal de Roraima. INCT Caleidoscópio. tchellamaso@gmail.com

² Mestrado em Relações Internacionais. Pesquisador em Saúde Indígena na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). INCT Caleidoscópio. gio.cristofani08@gmail.com / giorgio.cristofani@fiocruz.br

³ Doutoranda em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. INCT Caleidoscópio. alessandrabarreras@gmail.com

⁴ Mestrado em Relações Internacionais. INCT Caleidoscópio. yarammartinelli@gmail.com

Acampamento Terra Livre, abril de 2025:

Havia ansiedade no ar.

Havia animação, havia vontade, mas havia dúvida. Aquele gosto de algo novo e compartilhado, mas para o qual ainda testamos palavras. Pesquisa coletiva? Pesquisa colaborativa? Pesquisa-ação? Como descrever nossa proposta — e, mais do que isso, como torná-la realidade?

Meses antes nos reunimos, escutamos pesquisadores e pesquisadoras que admiramos. Lemos Janyst & Ball, Lugones, Linda Tuhiwai Smith. Desejamos ardentemente dar fim à pesquisa que conhecemos! Abaixo o extrativismo! Abaixo o epistemicídio! Abaixo o individualismo e a competição! Criamos um protocolo ético, desde nossas experiências de campo, de vida e de compromisso com povos e territórios indígenas. Se juntaram feministas, indigenistas, estudiosas queer, da homocultura e defensoras dos direitos da natureza. Chegamos ao nome: Rede Colaborativa de Pesquisa, um coletivo que se percebe desde o engajamento dialógico sobre o qual escreve Patrícia Hill Collins, o vínculo. A pesquisa de objetivos compartilhados e tecidos em rede, como apresenta Patrícia Castaneda Salgado para destacar modos de investigar que destacam o protagonismo além da academia.

Arandu veio mais tarde, junto com a vontade de ter uma identidade. Ela surge em nossos corpos naquela assembleia vibrante, que reúne tantos povos em Brasília: o Acampamento Terra Livre. É dali que vinha a sensação de movimento, ansiedade e dúvida. Éramos dez, de uma equipe de trinta, que se juntaram para...? Como definir para além do slogan? Não era sobre dar fim à pesquisa extrativista, nem para avolumar as folhas de registro de um caderno de campo. Havia outra coisa, o que nos movia?

Sim, recebi uma ligação de uma liderança pedindo nossa participação. Para acompanharmos as pautas e atividades propostas pelo movimento indígena LGBTQIA+, esse convite se somou ao nosso desejo de estar, acompanhar, sentir com todo o nosso corpo a mobilização.

Não estávamos nem para o etnógrafo de Borges que ao descobrir o segredo, calava-se. Nem tampouco para os antropólogos da escavação que chegaram às terras Maori e renovaram a empreitada colonial, como descreve Smith. Ainda assim, ao usar a palavra pesquisa automaticamente nos associamos a tais projetos coloniais?

Tínhamos crachás, identificação e atuamos como grupo. Não andamos com nosso protocolo ético impresso, mas sabíamos e checamos entre nós se nossa conduta estava adequada. Se não éramos convidados, era preciso respeitar a autonomia da organização, se havia abertura para a conversa, aí seguíamos.

Mas, apresentar-se como Rede de Pesquisa causou ruídos. Parecia que as pessoas não ouviam o adjetivo Co.La.Bo.Ra.Ti.Va. A simples aparição da pesquisa, como um fantasma que atormenta e deixa todos sem ar, já era suficiente para causar distância.

Em particular, um fato me chamou a atenção. Ao nos apresentarmos a uma pessoa que atua em uma das entidades parceiras do movimento indígena, ela reagiu prontamente ao ouvir que éramos uma rede de pesquisa, dizendo: “Eu não faço pesquisa”. Quase ouvi em silêncio: “sou militante”. Isso significa que pesquisa e militância não podem caminhar juntas? (E aquele artigo de Scheper-Hughes sobre antropologia militante e ética? E o

conhecimento situado de Haraway?) Deveríamos abandonar a pesquisa? Falar em ação? Nomear-se como? Quando a maioria ali era de acadêmicos, que tirava seu sustento (intelectual, moral ou físico) de bolsas do CNPQ ou ainda que atuasse em outras frentes, foi em um Congresso ou Grupo de Pesquisa que se conheceram...

(...)

Ocupar a palavra pesquisa foi uma decisão política. E junto dela usar a qualidade do afeto: a colaboração. Aparece no dicionário: estar junto, aliar-se, seguir na mesma direção, escutar a melodia. E eu acrescentaria: um ato de cuidado. Acompanhar não é fazer por, não significa extrair, muito menos apropriar-se, acompanhar em seu sentido relacional é parte da existência em coletivo.

(Caderno de campo, Tchella Maso, abril de 2025, adaptado)

Introdução

A produção de conhecimento no campo das ciências humanas e sociais, especialmente quando falamos de pesquisas junto a povos indígenas, é marcada por desigualdades estruturais, violências históricas, assimetrias epistêmicas, práticas extrativistas, processos de silenciamento e de apropriação. Muitos desses estudos foram conduzidos com base em paradigmas onto-metodológicos eurocêntricos que não apenas subestimaram, mas usurparam, “mitologizaram”, “essencializaram” ou negaram a validade das ciências e dos modos de vida indígenas (SMITH, 2018). Nesse contexto, a própria noção de ‘pesquisa’ tornou-se, para muitos povos e comunidades, um termo associado a formas de colonialismo e extrativismo científico, apropriação de saberes e violação de direitos coletivos.

As sociedades e universidades ocidentalizadas (GROSFOGUEL, 2013) seguem adotando como referência comum a percepção de “ignorancia del indio”, como se alguns estivessem aptos para pesquisar enquanto outros para serem domesticados (CUSICANQUI, 2018, p. 80). Superar essa realidade exige um exercício ético contínuo de reflexividade e reconhecimento da “igualdad de inteligencias y poderes cognitivos - ciertamente expresables en una diversidad de lenguas y epistemes” (CUSICANQUI, 2018, p. 81). Ao longo dos últimos cinquenta anos, abordagens pós-coloniais, decoloniais e contra coloniais se somam às críticas feministas, *queer*, afrocentradas e indígenas em um movimento de retomada e reorientação ética da pesquisa. Com o objetivo de deslocar o eixo eurocentrado, colonial, racista, patriarcal e cisheteronormativo das práticas científicas, esta inflexão reivindica justiça epistêmica e cognitiva (CUSICANQUI, 2018).

A rede Arandu, cuja subjetividade política de suas integrantes é vinculada a esse movimento onto-epistemológico, parte de uma perspectiva que em si transverte a lógica convencional da pesquisa em universidades ocidentalizadas. Surge, em 2024, a partir de uma demanda trazida pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI): um ministério que, criado no Brasil em janeiro de 2023, conta ainda com dificuldades de capacidade operacional por limitações orçamentárias e equipe de trabalho reduzida. Na aproximação da pesquisadora Tchella Maso, com o MPI, foi apresentado o desafio da ausência de dados e informações para construir e implementar políticas públicas para a população

indígena LGBTQIAPN+. A convite de Tchella, as demais integrantes, cada uma com sua própria relação afetiva e basilar com movimentos sociais (feminista, LGBTQIAPN+ ou com o movimento indígena) embarcaram no propósito de superação desse desafio. Nesse contexto, impulsionadas por uma demanda política, nasceram perguntas e práticas de pesquisa, experiências que tem nos movido para reflexões e ações que constituem a Rede Colaborativa de Pesquisa Arandu.

Trata-se de uma iniciativa descentralizada pelo território nacional, coletiva e interdisciplinar, sediada no INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências. A rede reúne pessoas comprometidas, pesquisadoras, lideranças e ativistas com a produção de conhecimento situado e engajado com as lutas dos povos indígenas. Em 2024, a Arandu formulou um protocolo ético para orientar a atuação política e de pesquisa junto aos povos indígenas e, mais especificamente, com pessoas indígenas LGBTQIAPN+. O documento, construído por meio de um processo participativo e dialógico, envolvendo análise de referências bibliográficas e experiências prévias, oficinas virtuais e encontros presenciais (REDE ARANDU, 2024), é percebido como um processo vivo e contínuo, aberto à transformação e ao aprimoramento ético e ativo de suas integrantes.

Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir o processo de construção e o conteúdo do Protocolo Ético da rede Arandu, à luz de reflexões metodológicas, epistemológicas e ético-políticas sobre fazer pesquisa em contextos coletivos, de diversidade cultural, epistêmica e política. Trata-se de uma proposta que, para além de diretrizes operacionais, apresenta uma reconfiguração de relações entre pesquisadoras e sujeitas em campo. E buscamos contribuir para a consolidação de pesquisas-ação que atuem a serviço dos povos indígenas, suas ciências e necessidades. Desde a percepção de protagonismo das ontologias indígenas, suas contribuições teóricas, metodológicas e políticas, afirmamos que a ética na pesquisa não é um apêndice normativo, mas sim um componente vivo, constitutivo das práticas de produção, criação e acesso ao conhecimento.

O texto está estruturado em três seções principais: uma revisão de bibliografias e fundamentos teóricos, políticos e epistêmicos que o informam; uma apresentação analítica do conteúdo do protocolo, discutindo princípios, eixos estruturantes e orientações práticas, em uma reflexão metodológica sobre o processo de construção do protocolo ético; e um debate sobre suas contribuições para investigações acadêmicas e os desafios que se impõem à consolidação de uma ética pautada na justiça social.

1. “Nunca mais um Brasil sem nós”: a construção de um protocolo ético

“Nunca mais um Brasil sem nós”, expressão proferida por Sônia Guajajara em seu discurso de posse como ministra dos Povos Indígenas (GUAJAJARA IN UOL, 2023), não é apenas um lema do movimento indígena. É também uma convocação ética e epistêmica que interpela os modos de produzir conhecimento. Nos próximos parágrafos apresentamos os fundamentos de uma prática metodológica feminista e descolonial, e

algumas das referências que nos fizeram perguntar: como pesquisar de forma comprometida com os mundos e os tempos indígenas, especialmente daqueles que vivem as interseções entre gênero, sexualidade, raça e etnia?

A Rede Arandu, que surgiu em meados de 2024, a partir do diálogo com a Coordenadoria de Política para Indígenas LGBTQIA+ do Ministério dos Povos Indígenas com o propósito de contribuir para a construção de políticas públicas a partir de uma perspectiva interseccional e transversal, é composta por pesquisadores e pesquisadoras indígenas e não indígenas, militantes, profissionais da saúde, da educação e de diferentes campos do conhecimento. A Rede busca, nesse contexto, se estruturar continuamente como um espaço de criação coletiva e intercultural.

A Rede Arandu busca trilhar um caminho construído desde as ciências, diversidades, territórios, afetos, memórias e experiências que compõem as pessoas envolvidas. O processo vivo de elaboração do Protocolo Ético constitui em si uma prática metodológica que traduz o compromisso com modos de fazer ciência e pesquisa que se distanciam das estruturas convencionais de conhecimento fundadas na objetificação do outro e na vantagem epistêmica - em oposição às abordagens coloniais da ética em pesquisa - muitas vezes centradas em comitês institucionais que operam sob parâmetros universalistas, abstratos, inacessíveis e não necessariamente conectados com reivindicações enraizadas em territórios e demandas locais.

A construção partiu de oficinas colaborativas realizadas nos dias 27 e 28 de setembro de 2024, nas quais pesquisadores/as indígenas, militantes e acadêmicos/as se reuniram para compartilhar vivências, identificar dilemas e elaborar coletivamente os princípios orientadores da pesquisa na interface entre gênero, sexualidade e as muitas ciências e lutas indígenas (REDE ARANDU, 2024). Como destaca Linda Tuhiwai Smith (2018), o desafio de descolonizar a pesquisa exige a criação de “projetos indígenas” de investigação, isto é, formas de produção de conhecimento que não apenas incluam sujeitos indígenas, mas que partam de seus horizontes de sentido, linguagens e epistemologias próprias. Nesse sentido, é fundamental construir formas de pesquisa baseadas em respeito mútuo, reciprocidade e corresponsabilidade, em que o conhecimento não seja extraído, mas co-construído com os participantes (CUNHA, 2009; DE LA CADENA, 2015).

Essa reflexão está presente na epistemologia feminista latino-americana e sua abertura à crítica decolonial. Três posições principais emergem: a pesquisadora como sujeito ativo que busca relações horizontais; a colaboração com grupos sociais em processos participativos; e a produção desde dentro, por pesquisadoras que pertencem ao mesmo grupo investigado, valorizando saberes próprios e formas não canônicas de investigação (CASTAÑEDA SALGADO, 2019). Dentre as formas enunciadas para “levar à sério” à perspectiva das protagonistas, figuras centrais sem as quais não haveria pesquisa, a Rede Arandu se vincula ao exercício compartilhado de iniciativa epistêmica (CASTAÑEDA SALGADO, 2019, p. 21).

Isso não significa que atuamos em um “projeto indígena” nos termos propostos por Smith (2018), já que nesse a iniciativa epistêmica está com o movimento, com as pessoas outrora subalternizadas. Ainda assim, o exercício de colaborar, de trabalhar junto, envolve um descentramento. A construção de objetivos e métodos não são fixos, mas

compartilhado no exercício de conhecer, o qual deve ser fundamentado no princípio “Nothing about us without us” (JANYST; BALL, 2008). Nada sobre nós sem nós, não só como slogan, mas como orientação concreta, compromisso. Não basta envolver a comunidade como consultora: é preciso reconhecer sua autoria, sua centralidade, sua capacidade de decidir os rumos e os sentidos da pesquisa.

A relevância da pesquisa para os povos indígenas não está dada *a priori*, mas precisa ser construída a partir de escuta ativa, reconhecimento das demandas locais e negociação de interesses (JANYST; BALL, 2008). Isso implica perguntar desde o início: Qual a relevância da pesquisa para a comunidade? Como ela será envolvida nos processos decisórios? De que modo podemos criar capacidades mútuas e condições reais de coautoria? No contexto da Rede Arandu, essas perguntas orientaram a primeira formulação do Protocolo Ético, como um instrumento que busca garantir que a produção de conhecimento não apenas respeite, mas beneficie as comunidades envolvidas — por meio da partilha de saberes, do fortalecimento de redes locais e da devolutiva em formas acessíveis, contextualizadas e politicamente comprometidas.

Outro aspecto metodológico fundamental diz respeito à relacionalidade como princípio fundante. Uma pesquisa eticamente comprometida junto a pessoas e povos indígenas precisa ser tecida a partir da construção de parcerias reais, nas quais haja reciprocidade de saberes, respeito às hierarquias locais e partilha do controle sobre os rumos da investigação (BALL, JANYST; 2008). Na construção do protocolo, isso se expressa na ênfase dada à participação e escuta ativa, ao consentimento contínuo, à coautoria dos processos e à devolutiva em linguagem acessível e pertinente ao contexto sociocultural das comunidades. Tais elementos revelam uma pedagogia da pesquisa que busca ser, ao mesmo tempo, política e afetiva. O processo de formulação do protocolo não se limitou à produção de um documento, mas constituiu um exercício coletivo de aprendizado, negociação de sentidos e reconstrução de vínculos entre pesquisadores/as da própria Rede. A criação de espaços de diálogo intercultural é, em si, uma prática de cuidado e reconhecimento mútuo (SARMIENTO et al., 2020).

A metodologia adotada pela Rede Arandu está ancorada em uma perspectiva feminista e descolonial, no sentido de reconhecer a genealogia desses campos do conhecimento e herdar um acumulado teórico e político das que nos antecederam (CASTAÑEDA SALGADO, 2019). Nas palavras de Abu-Lughod,

Se a antropologia continua a ser praticada como o estudo de “outros” externos, feito por indivíduos ocidentais não-marcados nem problematizados, a teoria feminista, prática acadêmica que também transita entre eus e outros, em sua história relativamente curta veio a compreender o perigo de tratar eus e outros como dados. (2018, p.196)

Assim, a Rede se constrói desde a percepção que a constituição do sujeito por contraste com um outro implica, quase inevitavelmente, a negação ou silenciamento de formas distintas de existência, resultando em uma violência que reprime e ignora a diversidade. Metodologicamente isso gera um questionamento acerca da distância que se

estabelece entre quem pesquisa e é pesquisado e retoma o caráter ativo da relação entre as pessoas e seres envolvidos no processo de conhecer (MASO, 2024).

O conceito antropologia por demanda, proposto por Rita Laura Segato (2021), emerge como uma prática na qual a pesquisadora – no caso, antropóloga – se coloca à disposição de comunidades e povos que a interpelam com demandas específicas. Essa abordagem inverte a lógica tradicional da antropologia, na qual os sujeitos pesquisados eram objetos de estudo, e passa a reconhecê-los como agentes ativos que solicitam conhecimentos e ferramentas para seus projetos históricos. Como afirma Segato (2021, p. 13), trata-se de uma antropologia que se revela a partir da disponibilidade atenta da pesquisadora em ser interpelada a responder aos interesses das comunidades e povos, podendo lhes servir “para aceder a um bem-estar maior, a recursos” e, sobretudo, colaborar na compreensão e resolução dos problemas colocados por grupos, comunidades, povos e territórios. Desse modo, a antropologia por demanda surge como uma resposta à crise disciplinar, reposicionando a ciência como um instrumento a serviço das lutas sociais.

A noção de uma antropologia por demanda implica um compromisso ético e político com as causas das comunidades que demandam a atuação da antropóloga. Segato (2021, p. 16) destaca que essa prática exige que os grupos envolvidos interpelem a pesquisadora, definindo quem ela é, o que se espera de seu trabalho e use a “caixa de ferramentas” ofertada pela pesquisadora para responder a suas perguntas e contribuir com seu projeto histórico. Nesse sentido, a antropologia assume um caráter litigante, orientando-se para a contenda e alinhando-se ao campo da justiça. A “caixa de ferramentas” metodológica e teórica da pesquisadora passa a ser mobilizada não apenas para produzir conhecimento acadêmico, mas para fornecer “interpretações e dados de que necessitam para desenhar seus projetos e, principalmente, vocabulários para a construção de retóricas que sustentem as metas históricas da continuidade de sua inserção no mundo como povos e comunidades” (SEGATO, 2021, p. 17). Dessa forma, a pesquisadora torna-se uma colaboradora ativa na construção de argumentos que fortaleçam as reivindicações dos povos, inserindo-se no campo contencioso de suas batalhas políticas.

A proposta de Segato (2021, p. 19) ressalta a importância de uma pesquisa engajada com as urgências do mundo contemporâneo, na qual os conhecimentos e a habilidade interpretativa da pesquisadora são colocados à disposição das comunidades. Essa perspectiva exige que a caixa de ferramentas da antropóloga, como capacidade de escuta etnográfica e a habilidade interpretativa, sejam colocadas à disposição das comunidades, capazes de captar as demandas concretas dos sujeitos e traduzi-las em estratégias discursivas e políticas. Ao frequentar os debates do presente e responder às questões de seu tempo, a pesquisadora assume um papel ativo na defesa de projetos históricos alternativos, contribuindo para a construção de narrativas que sustentam a continuidade da existência dos povos e suas formas de inserção no mundo. Assim, a antropologia por demanda configura-se tanto como uma metodologia, como um posicionamento ético e político, no qual o conhecimento acadêmico é mobilizado a serviço das comunidades e povos em direção a autonomia, justiça e bem-estar.

A posição ético-política da Rede entende que a pesquisa envolvendo povos indígenas deve ir além do mero diálogo com os povos indígenas, mas pensando a pesquisa

instrumentalizada a serviço da causa, estando a pesquisa, em todo o seu processo, povoada e pertencente ao movimento indígena, como mais um instrumento a serviço de suas lutas e construída na natureza do vínculo de convivência e aliança. A abordagem dialógica cumpre um papel fundamental ao desconstruir hierarquias epistemológicas, reconhecendo os saberes indígenas como legítimos e promovendo uma relação horizontal de troca. Contudo, buscamos nos posicionarmos além da valorização dos conhecimentos indígenas, mas a serviço da agenda do movimento indígena, assumindo um compromisso político-afetivo de parceria.

Nessa perspectiva, o cuidado com a justiça epistêmica não é mais um método para a pesquisa, mas a pesquisa se torna um instrumento do movimento indígena, num ato de solidariedade radical, interpelado por relações de afeto e responsabilidade mútua, no qual a produção de conhecimento se entrelaça com a defesa de territórios, memórias e futuros indígenas. A ética aqui torna-se um pacto vivo, marcado pela escuta ativa, pela coerência na prática e pelo reconhecimento de que o saber acadêmico, quando verdadeiramente decolonial, deve ser também um saber militante, afetivamente comprometido, político e à serviço da transformação social.

Algumas práticas de antropologia por demanda no âmbito da Rede Arandu podem ser observadas nas ações realizadas em torno do Acampamento Terra Livre de 2026. Um ano após a dúvida e a hesitação que marca o relato de abertura do artigo, a rede consolida e retroalimenta seus fundamentos. Em 2026, a produção não partiu de uma agenda exclusivamente acadêmica, mas de demandas do próprio movimento indígena LGBTQIA+. A cartilha do Coletivo Tybyra⁵ foi construída a partir do texto elaborado pelo próprio coletivo, com o objetivo de fortalecer o diálogo no interior do movimento indígena e com organizações LGBTQIA+, reafirmando a ancestralidade das existências indígenas dissidentes e a centralidade da luta por território, dignidade e Bem Viver. À Rede Arandu coube viabilizar a diagramação e a impressão, deslocando recursos de pesquisa para garantir a circulação do material. De forma semelhante, a realização de uma mesa sobre saúde mental no ATL derivou diretamente de processos formativos anteriores, como a formação realizada em Belo Horizonte em 2026. Esses exemplos mostram como a pesquisa tem operado a partir de demandas do movimento, contribuindo com suporte técnico e material para ações já em curso.

Há que se destacar que essa transformação social opera também em termos cotidianos no exercício de fazer pesquisa ou estar junto, compartilhando a iniciativa epistêmica. Passados mais de 30 anos desde que Abu-Lughod tratou de como o feminismo poderia informar a antropologia, Ingold (2011) apresenta um sentido para esse campo do conhecimento que informa o Protocolo Ético construído pela Rede Arandu. O autor menciona o trabalho conjunto “com pessoas”, uma imersão na qual não nos conta “sobre o mundo”, mas “educa-nos” no sentido de construir percepção, acessar modos de vida que abrem “nossos olhos e mentes para outras possibilidades de ser.” (2011, p.15). Desde essa postura, nós somos transformadas pela pesquisa colaborativa. Esta se torna um gesto de ressonância, de ‘co-responder’ ao mundo que nos interpela, como um ato de (re) criação.

⁵ Fundado em 2019, é o primeiro coletivo LGBTQIA+ Indígena do Brasil, cujo objetivo é fortalecer a articulação política e a representatividade de indígenas LGBTQIA+.

A noção de “viajar entre mundos”, proposta por María Lugones (1987), também discute a relacionalidade e a co-responsividade presentes nos processos de conhecer. A “abertura lúdica ao desconhecido”, a disposição para ser “tola” — ou seja, para não se agarrar à competência, não se considerar importante demais e não tomar as “normas como sagradas” (LUGONES, 1987, p.17) permite reconhecer que o fazer científico não acontece em um espaço neutro, mas sim em trajetórias subjetivas, corporificadas e afetivamente marcadas. Lugones nos convida a perceber como somos atravessadas por múltiplos mundos — cosmológicos, políticos, linguísticos — que se entrecruzam, tensionam-se e, por vezes, colidem. É nesse entrelaçamento de afetos, ambiguidades e deslocamentos que se abre a possibilidade de uma ética de pesquisa colaborativa.

Centralizamos, por fim, na construção do protocolo, a escuta ativa, a construção de vínculos de confiança, o consentimento informado e continuado e a reciprocidade ontológica. Esses princípios dialogam com a problematização das violências inerentes à colonialidade do saber (CASTRO-GÓMEZ & GROSGOUEL, 2007) e com propostas metodológicas que defendem a coprodução de conhecimento em moldes eticamente comprometidos com realidades, lutas, culturas, práticas, filosofias e cosmovisões dos povos e pessoas envolvidas (BALL; JANYST, 2008). Além da responsabilidade com a justiça epistêmica, este protocolo vivo também é construído a partir de orientações relacionais, com base nas inquietações e cuidados a respeito da postura da pesquisadora, no engajamento político e afetivo com as lutas vivenciadas, no envolvimento pessoal e coletivo junto aos territórios, organizações indígenas e espaços de atuação do movimento social. O compromisso do protocolo com princípios de respeito, corresponsabilidade e engajamento propõe o que denominamos uma interculturalidade radical, que não se preocupa apenas com o reconhecimento da diversidade, mas com a justiça da pesquisa-ação, a sinceridade do envolvimento e a relação intrínseca com as expectativas e propostas que surgem a partir da interação com territórios e sujeitos.

Nossa percepção é de que o enfrentar as práticas extrativistas na pesquisa não se limita à adoção de processos dialógicos na produção e no acesso ao conhecimento. Ainda que o diálogo e a abertura intercultural sejam componentes fundamentais, eles não são suficientes para romper com as lógicas coloniais que historicamente estruturaram o campo científico. É necessário interrogar criticamente os sentidos e os destinatários da produção do saber: *para que e para quem* se produz conhecimento? A mera acolhida das epistemologias indígenas pode tornar-se inócua se não estiver orientada por um compromisso prático e ético com as lutas coletivas dos povos envolvidos. A pesquisa situada, nesse sentido, exige um posicionamento político que vincule a produção de conhecimento aos processos de transformação social, às lutas travadas no território e demandas dos movimentos.

2. Um pacto abrangente de construção e circulação do conhecimento

O Protocolo Ético da Rede de Arandu surge, portanto, do senso de responsabilidade decorrente do engajamento interpessoal e de pesquisa, envolvendo pessoas, territórios e coletivos indígenas, no contexto de relações históricas de violências entre pessoas indígenas e não-indígenas. Essa responsabilidade se reconfigura e se complexifica ao se tratar de uma Rede que pretende se envolver acadêmica e politicamente com pessoas e coletivos indígenas LGBTQIAPN+. Neste contexto,

decidimos que uma das primeiras ações da Rede seria a construção de um protocolo ético de pesquisa e atuação da rede, a partir de elaborações críticas e coletivas do grupo. O protocolo não busca constituir um manual técnico ou normativo no sentido clássico, assume uma forma viva e situada, moldada pelos afetos, pelas experiências e pelos contextos diversos que compõem as realidades das pesquisadoras, os territórios indígenas e os corpos com os quais se compromete.

Em vez de seguir os parâmetros regulatórios impostos pelos comitês de ética formais, este protocolo se inscreve em um horizonte de transformação das práticas de pesquisa a partir de princípios de uma ética relacional, encarnada e insurgente, em diálogo com autoras como Linda Tuhiwai Smith (2018), Gloria Anzaldúa (2021), Catherine Walsh (2009), entre outras vozes críticas à colonialidade do saber. Parte do reconhecimento de que a produção de conhecimento nunca é neutra, e que a pesquisa, quando conduzida sem cuidado, pode ser uma forma de violência.

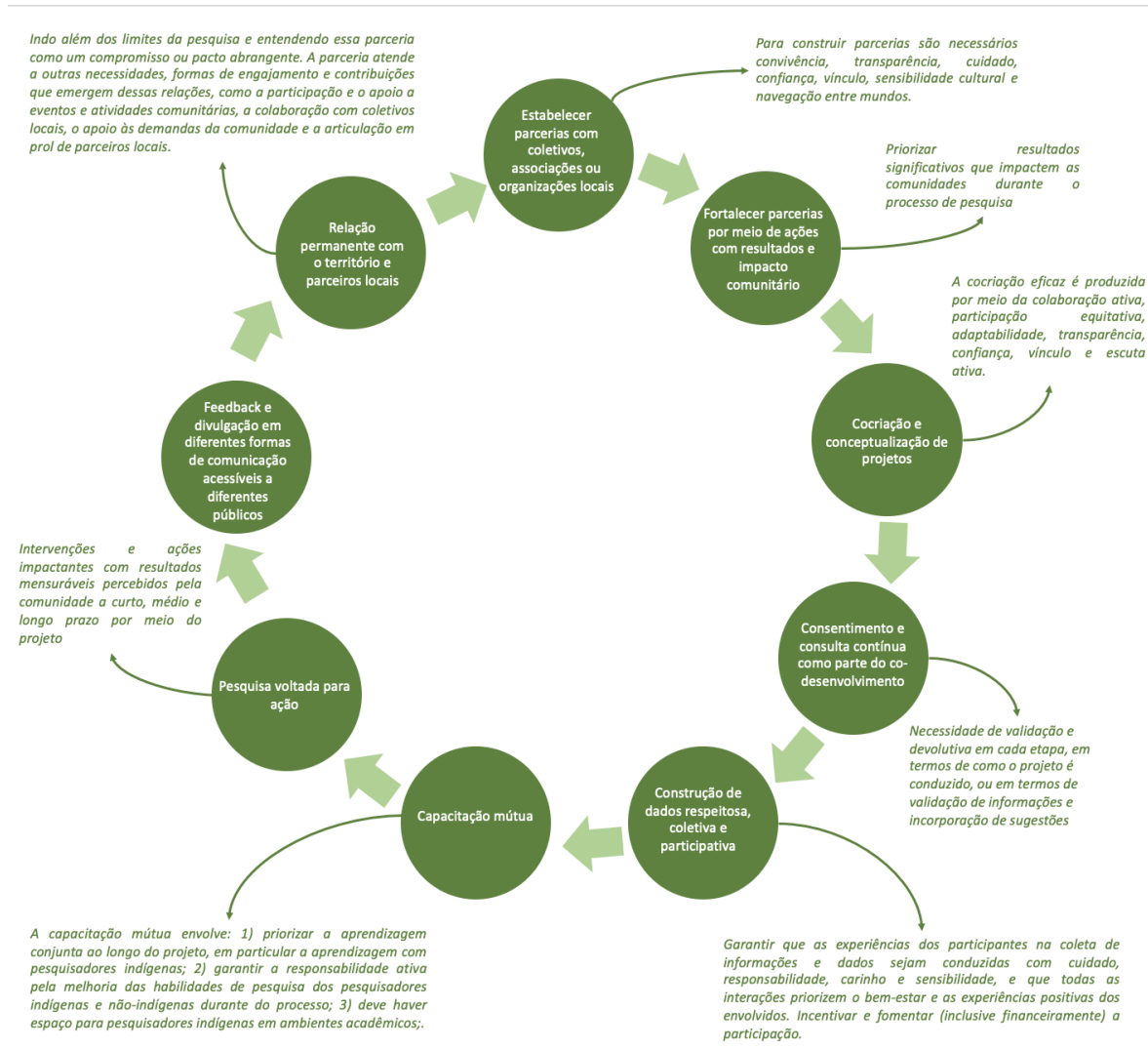
Nesse sentido, o protocolo se posiciona frente à ética acadêmica institucionalizada, marcada por um viés universalista, ocidental e colonial. Não é um manual, nem pretende oferecer respostas fechadas. Ele emerge como gesto coletivo e situado, tecido nas encruzilhadas entre a luta por justiça epistêmica, a escuta dos territórios e os corpos dissidentes. Mais que uma ferramenta metodológica, é um posicionamento político: um pacto de cuidado, escuta e responsabilização entre pesquisadoras e os mundos com os quais se compromete a Rede Arandu.

Em um esforço para sistematizar o conteúdo mais prático do protocolo, visando posturas e atitudes éticas da Rede na sua atuação, criamos um infográfico para representar como compreendemos esse pacto abrangente de construção e circulação do conhecimento de maneira ética e colaborativa.

Nesse esquema, algumas ações são fundamentais para um envolvimento profundo e ético, como: 1. o estabelecimento de parcerias colaborativas com organizações, coletivos e associações locais, com o objetivo de gerar impacto e ações comunitárias mensuráveis aos grupos envolvidos durante essa parceria, cujos termos da aliança vão além da pesquisa e tem como base o comprometimento da pesquisadora com o território ou coletivo em prol da transformação social; 2. a convivência e a geração de vínculos de afeto e confiança; 3. a criação de espaços e canais de colaboração, para cocriar e conceptualizar os projetos conjuntamente antes, durante e após a sua execução, reconhecendo a relevância das instâncias de coautoria, consulta e devolutiva constantes e permanentes; 4. a compreensão de que o conhecimento gerado neste processo deve servir aos objetivos históricos dos povos indígenas e do movimento indígena LGBTQIAPN+, tendo como consequência a divulgação estratégica do conhecimento em múltiplas formas de comunicação para alcançar diferentes grupos da sociedade para informar, conscientizar e gerar *advocacy*; 5. o respeito e sensibilidade na escuta e na convivência, levando em consideração o letramento cultural que possibilita a navegação entre mundos, o bem-estar de todas as pessoas envolvidas no processo, e o cuidado com os efeitos da pesquisa, seja no processo de construção de conhecimento ou na divulgação de dados, respeitando o tempo, a privacidade, o bem-estar emocional, e o controle da informação pelos detentores daqueles dados, tendo claros os impactos desejados com a divulgação científica e não-científica das informações geradas; 6. o processo deve gerar ampliação

de capacidades e habilidades para todas as pessoas envolvidas na pesquisa, a partir de troca de conhecimento mútua, principalmente gerando oportunidades de aprendizado e ocupação de espaços acadêmicos para as pessoas indígenas vinculadas à pesquisa.

Figura 1: Protocolo ético da Rede Arandu



Autoria: Giorgio Garcia Cristofani.

A apresentação em círculo da proposta, tem como objetivo demonstrar que seus eixos não são etapas lineares, mas campos interconectados, atravessados por afetos, tensões, contradições e negociações. Cada um deles articula-se à proposta de uma ética relacional e descolonial, que desloca o centro de gravidade da autoridade acadêmica para as experiências e saberes dos próprios sujeitos da pesquisa.

O protocolo, ao considerar os tempos e os espaços dos povos indígenas como estruturantes do processo de pesquisa, parte de uma recusa à temporalidade linear e apressada da ciência convencional, e às suas racionalidades produtivistas, binárias e

objetificantes, propondo em seu lugar o “tempo do tempo”, conceito que valoriza os ritmos próprios das comunidades e pessoas envolvidas como elemento central do processo científico (REDE ARANDU, 2024). Tal perspectiva encontra respaldo na reflexão de Veena Das (2020), para quem o tempo não é mero pano de fundo cronológico, mas uma instância ativa — o tempo trabalha, atua, produz efeitos. Ao enfatizar a agência do tempo, Das desloca a atenção para os modos como ele participa na reconstrução das relações, na cura das feridas e na reconfiguração dos mundos após eventos de ruptura. Incorporar essa noção na metodologia da pesquisa significa reconhecer que o conhecimento se dá nos intervalos, nas pausas, nas repetições e nos desvios — e que respeitar esses tempos é condição para habitar eticamente o campo, em sua complexidade histórica, política e sensível.

Assim, a metodologia que fundamenta a construção do Protocolo Ético da Rede Arandu não apenas aponta para uma mudança de procedimentos, mas para uma transformação de formas de conceber, realizar e partilhar a pesquisa. A ética deixa de ser um adendo normativo para tornar-se condição de possibilidade de um conhecimento que reconhece a diversidade não como objeto, mas como coautoria, como engajamento. Algo que Patrícia Hill Collins (2022) nomeia como parte de uma metodologia interseccional, que se constrói de modo relacional, engajado e dialógico, e que em nossas práticas aprofundamos como colaboração e destacamos na sequência alguns itens que consideramos centrais para sua efetivação.

2.1 O respeito aos tempos, territórios e espaços

Este eixo inaugura o protocolo com os princípios que orientam as práticas de pesquisa: respeito aos tempos e territórios dos povos indígenas e corpos dissidentes; construção de confiança mútua; escuta ativa e sensível; consentimento informado e renovado; e recusa de toda forma de violência epistêmica, ontológica ou política.

O respeito ao tempo implica recusar a lógica acelerada da produtividade acadêmica e reconhecer temporalidades próprias dos povos e coletivos, ritmos que se organizam por ciclos, espiritualidades, pausas e memórias. É o que a Rede Arandu nomeia como respeito ao “tempo do tempo”, desafiando a racionalidade linear do tempo ocidental, uma resposta crítica à aceleração imposta pelos cronogramas acadêmicos e pelos prazos institucionais produtivistas. O protocolo convoca pessoas pesquisadoras a se deslocarem de suas zonas de conforto e a reconhecerem a temporalidade dos processos comunitários.

Nesse sentido, a pesquisa situada em parceria com os povos indígenas é ritualizada. Nesses contextos, o chamado “mundo espiritual” não se apresenta como um domínio separado ou complementar, mas como dimensão constitutiva e indissociável da vida social, atravessando práticas de cuidado, decisões coletivas, relações com o território e formas de produzir conhecimento. Nessa direção, fazer pesquisa junto envolve entender que essa atividade está necessariamente integrada a todas as dimensões da vida, incluindo os ciclos, ritos, tempos e suas formas.

Essa “sensibilidade sócio-espiritual” não significa uma adesão confessional da pesquisadora, mas a disposição metodológica de reconhecer que, em muitos contextos indígenas, luto, ritual, território, sítios sagrados, objetos cerimoniais e temporalidades

compõem a própria inteligibilidade da vida coletiva. Sendo tanto a pesquisa ritualizada, fazendo parte das práticas constitutivas da vida, assim como a dimensão espiritual, ela convive com momentos de luto — vividos segundo formas próprias, que mobilizam coletivos, temporalidades e práticas que não se reduzem às categorias ocidentais de perda —, com a realização de rituais que marcam o início e o encerramento de atividades, incluindo encontros de pesquisa, processos de incidência política e ações em saúde. Esses elementos não são periféricos, mas estruturam as condições de possibilidade da própria pesquisa. Isso implica, também, reconhecer limites concretos sobre o registro e a circulação do conhecimento: significa perguntar não apenas o que pode ser registrado, mas o que deve permanecer não registrado, não traduzido ou com circulação restrita.

Em uma das ocasiões de campo, organizamos uma oficina em terra indígena que articulava duas organizações indígenas e três universidades, mobilizando uma rede ampla de pesquisadores, lideranças e participantes. No momento da chegada ao território, fomos informados do falecimento de uma senhora da comunidade. Diante do luto coletivo, que mobiliza não apenas a família, mas o conjunto da vida social e espiritual da aldeia, todas as atividades previstas foram imediatamente suspensas. Em respeito às regras e temporalidades próprias daquele contexto, optamos por deslocar toda a equipe para a cidade mais próxima, onde a oficina foi reorganizada e realizada apenas três dias após o falecimento. Essa decisão reconheceu o período de luto, orientada por dinâmicas sociais e espirituais que demandam escuta, flexibilidade, adaptação e respeito.

Nesse percurso, torna-se evidente que o processo intercultural não apenas media relações entre diferentes sujeitos e instituições, mas também determina formas de relação, produz deslocamentos na nossa própria concepção de mundo e nos convoca a dialogar com outros seres vivos, muitas vezes situados no âmbito do intangível. Esses domínios não são metafóricos, mas orientam decisões, tempos e práticas.

Essas dimensões, contudo, não são plenamente capturáveis pela escrita acadêmica. Em grande medida, pertencem a uma esfera do segredo, do não dito e do vivido, conhecimentos que se expressam pela experiência, pela incorporação e pela relação, e não pela explicitação discursiva. Há limites claros sobre o que pode ser compartilhado, tanto por regras próprias dos sistemas espirituais quanto pela própria inadequação das linguagens científicas para abarcar tais experiências.

Nesse sentido, a noção de “sensibilidade espiritual” emerge como uma exigência prática colocada pelo campo. Trata-se de reconhecer que o conhecimento espiritual constitui uma tecnologia própria, operada por especialistas indígenas, e que não pode ser reduzida, traduzida ou instrumentalizada segundo os parâmetros da ciência moderna. Não por hierarquia de conhecimentos, mas pela sua riqueza, intraduzibilidade, interconectividade e pelos segredos que esse âmbito da vida carrega há milhares de anos. Pessoas externas a esses sistemas não detêm a especialização necessária para operar nesses domínios, sendo convocadas, antes, a estabelecer relações de escuta, respeito, mediação e experiência.

No contexto das políticas públicas, essa dimensão intercultural e intercientífica encontra respaldo na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), que prevê a articulação com sistemas próprios de cuidado, e na Política Nacional de Educação Escolar Indígena, que afirma a interculturalidade e o

reconhecimento de múltiplas epistemologias. Em âmbito internacional, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas reconhece o direito de manifestar, praticar e ensinar tradições espirituais e religiosas, inclusive com acesso em privacidade a sítios e objetos cerimoniais. Da mesma forma, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho estabelece a obrigação de reconhecer e proteger os valores sociais, culturais, religiosos e espirituais desses povos, bem como a especial importância de suas relações com a terra.

Dessa forma, o trabalho que se constrói é simultaneamente intercultural e intercientífico. Ele só se torna possível porque é, em alguma medida, espiritualizado, isto é, porque reconhece e se orienta por essas dimensões nas relações, nos tempos e nas decisões que atravessam a pesquisa. Isso não significa, contudo, que tais dimensões possam ou devam ser racionalizadas, traduzidas integralmente ou instrumentalizadas como dados. Ao contrário, parte fundamental desse trabalho reside justamente em sustentar o que escapa, o que não se diz, o que não se escreve, sem que isso seja entendido como ausência, mas como outra forma de presença.

Ao mesmo tempo, é necessário explicitar limites. Há riscos de essencialização, romantização ou instrumentalização da espiritualidade como categoria analítica. O desafio, portanto, reside em sustentar uma prática de pesquisa que combine abertura epistemológica, rigor analítico e respeito às condições próprias de existência, circulação e resguardo desses conhecimentos.

2.2 Práticas de construção de vínculo e confiança

A construção de vínculo é uma das dimensões mais centrais do protocolo, pois rompe com a ideia de campo como espaço de extração de dados. Compreendemos o campo como território de convivência, luta e aprendizado. As práticas de pesquisa se iniciam no estar junto, no partilhar cotidiano, no compromisso com as causas que atravessam as comunidades. Estar em assembleias, participar de rituais, mutirões, caminhadas e momentos festivos não é “método”, mas forma de desaprender a separação entre pesquisadora e objeto — separação esta que sustenta a colonialidade do saber. A ética do vínculo não cabe nas categorias da neutralidade: ela exige envolvimento, afetividade e colocar-se em risco, perceber-se “tola” como sugere Lugones (1987).

Isso implica também aceitar os limites da linguagem acadêmica, que muitas vezes silencia o que não pode ser categorizado. Como diz Linda Smith (2018), a pesquisa carregou, e ainda carrega, um histórico de dominação. Por isso, o vínculo precisa ser politizado, assumido como parte da crença em modos outros de conhecer, narrar e viver.

A construção de relações de confiança é entendida como condição de possibilidade para o desenvolvimento de qualquer processo investigativo. Essa confiança não é prévia nem automática; ela é cultivada ao longo do tempo por meio da presença respeitosa, do envolvimento cotidiano, do engajamento com propósitos locais e da disposição para ouvir, rever e redimensionar planos conforme as demandas do território. A confiança, nesse sentido, não se estabelece por protocolos formais, mas pela partilha de vida, pela presença comprometida e pela disposição para ser afetada pelas realidades com as quais se dialoga. Como ensina Gloria Anzaldúa (1987), é nas bordas, nas zonas

de contato e fricção, que se constroem as possibilidades de escuta, e não a partir de posições fixas e hegemônicas.

A escuta ativa, compreendida como uma prática radical, escutar com o corpo todo, com atenção às palavras, aos silêncios, aos gestos e aos contextos históricos que atravessam os enunciados (MASO, 2024) - exige a suspensão do desejo de traduzir o outro aos moldes do saber acadêmico, implicando uma ética da transformação e do não saber (WALSH, 2009).

O consentimento, entendido como processo contínuo e relacional, propõe uma recusa à lógica contratualista dos comitês de ética e reivindica o direito das pessoas de revogar, modificar ou negociar sua participação a qualquer momento. Isso implica deslocar o poder de decisão para as comunidades envolvidas, rompendo com a lógica unilateral da autorização única e fixada. Além disso, transforma a pesquisa em um processo de construção conjunto e alinhado às reivindicações que emanam do território, e que podem se transformar diante de processos políticos e sociais.

O consentimento contínuo deve, assim, dialogar com formas coletivas de deliberação e com as instituições representativas de cada povo, em processos conduzidos com compromisso com a realidade observada no território e suas transformações, com verdade e querer bem, adequados às circunstâncias e sua transitoriedade. Este consentimento informado e continuado mobilizado pela Rede Arandu, aproxima-se, portanto, das exigências internacionais de consentimento livre, prévio e informado, sem se confundir integralmente com elas. Seu sentido está em reconhecer que legitimidade ética, aqui, depende da articulação entre decisão individual, decisão coletiva, de protocolos próprios de cada contexto e do compromisso verdadeiro com o território.

A construção desses princípios em contextos concretos pode ser observada na trajetória recente da Rede Arandu junto ao movimento indígena LGBTQIAPN+. A participação da rede no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2025 não garantiu, de imediato, colaboração ou confiança entre pesquisadores e os demais atores presentes. Ao contrário, o que se produziu inicialmente foi um primeiro momento de encontro, marcado mais pela presença do que por uma inserção consolidada. Em meio às agendas daquele ano — rodas de conversa e intervenções políticas — destaca-se o ato realizado na tenda principal do acampamento, quando indígenas LGBTQIAPN+ adentraram o espaço com imagens de parentes assassinados pela homofobia. Esse momento instaurou um olhar mútuo entre a rede e o movimento.

Nosso esforço, naquele contexto, foi sobretudo o de estar em presença, respeitando limites e tensionando as possibilidades de aproximação. A gravação de um podcast (Nós Somos: Tybyras do Brasil), que resultou em oito entrevistas, constituiu o ponto de maior proximidade naquele momento. O respeito aos que se foram, a escuta e a presença contínua nas agendas do movimento iniciaram um processo de construção de confiança, que se aprofundou gradualmente à medida que escuta e convivência passaram a se entrelaçar. Trata-se de um tempo que não é linear, mas que se organiza “nos tempos dentro dos tempos”, deslocando a lógica extrativista da produção de conhecimento. Nesse percurso, não se tratou de “dar voz” aos indígenas LGBTQIAPN+, mas de aguardar que a voz quisesse ser compartilhada — e, a partir disso, construir relações.

Esse movimento, de caráter espiralar, permitiu que, no ATL de 2026, a Rede Arandu estivesse mais implicada e reconhecida no interior da luta indígena LGBTQIAPN+. A continuidade da presença acompanhando agendas, apoiando iniciativas e construindo junto possibilitou a consolidação de vínculos e a ampliação das formas de atuação. A rede passou a acompanhar, de maneira mais próxima, a construção de uma agenda de incidência política durante o acampamento, participando desde reuniões interministeriais até rodas de saúde mental, conforme demanda do próprio movimento, apoiada por meio da construção de metodologias participativas e articulações institucionais.

Foi também nesse contexto que ocorreu a primeira marcha indígena LGBTQIAPN+, na qual participantes da Rede Arandu caminharam junto ao movimento até o Congresso Nacional. Tratou-se de uma experiência de engajamento compartilhado, na qual o vínculo construído ao longo do tempo se traduziu em ação conjunta. Essas cenas permitem observar como princípios como escuta ativa, consentimento continuado, respeito às temporalidades do território e construção de vínculo operam em situações concretas. Ao mesmo tempo, evidenciam os limites materiais, institucionais e afetivos que atravessam e tensionam a implementação desses princípios, reafirmando que a ética da pesquisa, nesses contextos, não é um ponto de partida, mas um processo relacional, situado e em constante construção.

2.3 Uso de técnicas flexíveis e adaptáveis

As metodologias utilizadas por pesquisadoras e pesquisadores da Rede Arandu são flexíveis, abertas à escuta e construídas junto com sujeitos da pesquisa. Técnicas como rodas de conversa, narrativas orais, registros audiovisuais, mapeamentos afetivos, experimentações artísticas e práticas espirituais são mobilizadas não como recursos instrumentais, mas como formas de afirmar epistemologias insurgentes. A devolutiva, nesse processo, é entendida como compromisso ético e político. Não se trata apenas de “prestar contas”, mas de criar espaços de retorno, em linguagens e formatos acessíveis, vídeos, zines, rodas de conversa, cartilhas, que possam ser apropriados pelas comunidades. Isso exige, por parte da pesquisadora, humildade epistêmica e abertura ao diálogo.

As metodologias também devem, por princípio, estar abertas à revisão contínua e validação com as sensações e propostas que emanam dos territórios e sujeitos engajados. Devem, mais do que concentrar-se nos resultados que podem alcançar, estar focadas na criação de espaços de conforto, acolhimento, respeito e engajamento. Por exemplo, se reconhece o papel da etnografia digital para acompanhar redes de articulação e resistência, especialmente entre juventudes indígenas LGBTQIAPN+, cujas práticas escapam às normatividades de gênero, território e tempo. A pesquisa se torna, nesse contexto, um processo de acompanhamento sensível, atento à complexidade e fluidez das formas de existência e de geração de conhecimento que muitas vezes ultrapassa fontes oficiais ou espaços formais/institucionais de atuação.

A flexibilidade metodológica pode ser observada, por exemplo, na experiência do curso de extensão *Tecendo Relatos, Defendendo a Vida: formação em relatoria popular de direitos indígenas* (UnB), realizado entre maio e agosto de 2025. Voltado à formação

de indígenas LGBTQIAPN+, o curso teve como objetivo aprender e praticar a relatoria como instrumento político de luta pelos direitos, reconhecendo a governança indígena como espaço legítimo de tomada de decisão. A proposta articulou temas como políticas públicas, direitos indígenas e incidência, a partir de uma abordagem centrada na oralidade, na escuta e na construção coletiva. No entanto, sua realização exigiu adaptações contínuas às condições concretas dos participantes, muitos dos quais enfrentavam limitações de acesso à internet em seus territórios. Isso implicou flexibilizar formatos, reorganizar tempos, valorizar contribuições assíncronas e acolher diferentes ritmos de participação. Mais do que garantir a transmissão de conteúdos, o processo buscou criar um ambiente de confiança, no qual experiências pudessem ser compartilhadas e transformadas em narrativas políticas. As relatorias produzidas, nesse contexto, foram tanto exercícios formativos como expressões de uma prática metodológica que articula escuta, autoria coletiva e incidência, evidenciando como técnicas e formatos precisam ser continuamente ajustados às realidades dos parceiros envolvidos.

2.4 Responsividade com os efeitos da pesquisa

Reconhecendo que toda pesquisa produz efeitos, e que tais efeitos não podem ser ignorados em nome da “objetividade científica”, nosso protocolo recusa abordagens que reforçam estigmas, revitimização ou discursos de ausência. Ao contrário, propomos uma ética do cuidado que valoriza memórias de resistência, saberes de cura, espiritualidades e celebrações. Tomamos o cuidado com um ato político e metodológico que envolve atenção com os modos como histórias são escutadas, registradas e compartilhadas. Implica também a necessidade de rever continuamente os objetivos e impactos da pesquisa, especialmente quando se trata de populações que vivenciam violências históricas e presentes. É preciso perguntar: quem se beneficia dessa pesquisa? Quem pode ser prejudicado por ela? A quem ela serve? A constante reflexividade, um preceito da epistemologia feminista, envolve também uma ética do cuidado, no sentido de questionar desde o vínculo e a confiança modos violentos de habitar territórios e comunidades. Trata-se como as discussões da última década na América Latina (VEGA, MARTÍNEZ-BUJÁN, PAREDES, 2018) de um cuidado que atua em prol da manutenção da vida, de buscar formas de seguir existindo pese o conjunto de opressões que se avolumam.

Essa postura crítica busca deslocar o lugar da ciência enquanto mediadora do saber legítimo, desafiando a hierarquia epistêmica que ainda estrutura as universidades. Como argumentam pesquisadoras indígenas e decoloniais. O compromisso não é com uma ‘verdade objetiva’, mas com a justiça relacional, com a ativação de mundos onde caibam outros mundos (ANZALDÚA, 2021; WALSH, 2009; SMITH, 2018) e com as reivindicações e lutas que emergem e se transformam no território.

As devolutivas, nesse contexto, envolvem governança sobre os materiais produzidos. Isso inclui pactos prévios sobre registro, anonimização, circulação restrita, formas de arquivamento, eventual uso futuro e critérios de coautoria ou agradecimento, em princípios para governança de dados que enfatizem benefício coletivo, autoridade para controle, responsabilidade e ética. As diretrizes da *Global Indigenous Data Alliance* destacam que consentimento individual e proteção de privacidade, sozinhos, não bastam

para responder aos direitos coletivos implicados na produção e circulação de dados indígenas. Incorporar essa dimensão fortalece o protocolo diante dos riscos de extração, reuso desautorizado e conversão desigual de dados em capital acadêmico.

2.5 Coautoria e redistribuição epistêmica

A construção de uma ética colaborativa, nos termos propostos pela Rede Arandu, implica transformações das formas de produção, circulação e reconhecimento do conhecimento. Nesse sentido, a coautoria e a redistribuição epistêmica emergem como dimensões centrais do protocolo, diretamente relacionadas à disputa por quem produz, valida e se beneficia do conhecimento.

A produção acadêmica, historicamente, tem operado a partir de profundas assimetrias na distribuição de autoria, prestígio e acesso a recursos, frequentemente concentrando reconhecimento em pesquisadoras vinculadas a instituições formais, em detrimento de sujeitos e coletivos que produzem conhecimento em contextos territoriais e políticos. No âmbito da Rede Arandu, enfrentar essas desigualdades implica tensionar tais hierarquias, reconhecendo a autoria coletiva, valorizando diferentes formas de produção de conhecimento e promovendo a redistribuição material e simbólica dos recursos da pesquisa.

Essa redistribuição se expressa tanto na organização interna da Rede quanto nas formas de atuação junto ao movimento indígena LGBTQIAPN+. Entre as estratégias adotadas, destacam-se a priorização de bolsas para pessoas indígenas e LGBTQIAPN+, o redirecionamento de recursos de pesquisa para atender demandas do movimento e o apoio direto à participação em espaços de incidência política. Um exemplo concreto foi o financiamento de passagens para a participação de integrantes do movimento no Acampamento Terra Livre de 2026, garantindo condições materiais para sua presença e atuação. Ao mesmo tempo, reconhecemos que tais iniciativas não eliminam as desigualdades estruturais que atravessam a produção do conhecimento: muitas participantes acumulam múltiplas formas de trabalho, o que limita sua disponibilidade, enquanto determinadas funções - como escrita acadêmica, captação de recursos e interlocução institucional - tendem a se concentrar em sujeitos já inseridos na universidade. Soma-se a isso a pressão por produtividade e as métricas acadêmicas que regulam o acesso a financiamento e reconhecimento, tensionando diretamente os princípios de coautoria, horizontalidade e tempo relacional. Nesse cenário, torna-se fundamental construir mecanismos contínuos de redistribuição de tarefas, reconhecimento e recursos, evitando sobrecargas, especialmente de pessoas indígenas, cujas demandas não podem ser subsumidas às dinâmicas da pesquisa.

A redistribuição epistêmica também se materializa na produção compartilhada de conhecimento acadêmico. Um exemplo é o artigo “Corpos e Territórios: Colonialidade, Transfobia e Genocídio de Indígenas Trans e Travestis” (SOUSA *et al.*, 2026), publicado em 2025 na 9ª edição do dossiê *Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras* (ANTRA, 2026), organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais e lançado no contexto do Dia Nacional da Visibilidade Trans. Assinado por integrantes do Coletivo Tybyra e por pesquisadoras vinculadas ao INCT Caleidoscópio, o artigo teve autoria composta por duas pessoas indígenas e três não-indígenas.

Mais do que um produto acadêmico, o artigo expressa um processo de construção conjunta, no qual a escrita se torna espaço de incidência política, memória e denúncia. A coautoria, nesse contexto, não se reduz à inclusão formal de nomes, mas indica um deslocamento - ainda que parcial e tensionado - das hierarquias tradicionais da produção científica, afirmando a pesquisa como prática articulada às lutas, às narrativas e às agendas do movimento indígena LGBTQIAPN+. Esse material, além de sua circulação acadêmica, foi também difundido em diferentes canais e formatos acessíveis, buscando ampliar seu alcance junto ao público indígena, incluindo sua divulgação em plataformas como o site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil⁶ e nas redes sociais do próprio coletivo Tybyra⁷.

Essas experiências evidenciam que a redistribuição epistêmica não se limita à incorporação de sujeitos historicamente marginalizados nos processos de pesquisa, mas envolve a transformação das condições de autoria, circulação e reconhecimento do conhecimento. Trata-se de um processo em disputa, que exige negociação contínua, reflexividade e compromisso político, operando nas fissuras das estruturas acadêmicas sem, no entanto, perder de vista seus limites.

2.6 A inevitabilidade do conflito

A elaboração e a vivência do Protocolo Ético da Rede Arandu não se deram sem conflitos. Pelo contrário: foram e continuam sendo atravessadas por tensões estruturais, dilemas metodológicos, impasses éticos e afetivos. Ao incluir esta seção, não buscamos um tom de queixa, mas de honestidade epistemológica, reconhecer que construir uma ética relacional, situada e decolonial dentro de estruturas acadêmicas coloniais é, por si, um movimento marcado por angústias e ambiguidades (ANZALDÚA, 2021).

Um dos principais desafios é o embate com as exigências institucionais das universidades e agências de fomento. Os comitês de ética em pesquisa, em sua maioria, ainda operam com marcos rígidos de consentimento, risco e neutralidade, alheios às especificidades dos povos indígenas, dos coletivos LGBTQIAPN+ e dos modos não hegemônicos de produzir conhecimento. Isso nos obriga, muitas vezes, a formular protocolos “duplos”, um para cumprir as exigências formais, outro para garantir a coerência política e afetiva com as comunidades envolvidas.

A aplicabilidade do protocolo pode ser desafiadora em contextos institucionais marcados pela rigidez normativa, pela colonialidade do saber e pela padronização das formas de produção e validação do conhecimento, em modelos que privilegiam a previsibilidade, a reprodutibilidade e a objetividade, em detrimento da escuta, da abertura ao imprevisto e da valorização da diversidade. A incorporação efetiva de um protocolo como o da Rede Arandu requer não apenas sua adoção formal, mas uma mudança estrutural nas formas como os saberes são organizados, validados e compartilhados nos espaços acadêmicos.

⁶<https://apiboficial.org/2026/01/29/dia-nacional-da-visibilidade-trans-corpos-e-territorios-em-risco/>

⁷ https://www.instagram.com/p/DUD-u6djKjJ/?hl=pt-br&img_index=1

A horizontalidade buscada pela colaboração não elimina automaticamente as assimetrias que estruturam o campo acadêmico. Em redes compostas por pesquisadoras indígenas e não indígenas, docentes, bolsistas, ativistas e profissionais vinculadas a instituições distintas, a distribuição do trabalho de escrita, da interlocução com agências de fomento, do acesso a editais, da tradução acadêmica e da conversão da experiência coletiva em prestígio científico tende a permanecer desigual.

A produção colaborativa do conhecimento se realiza em meio a pressões por produtividade, métricas acadêmicas e prazos que nem sempre são compatíveis com o tempo das relações, da escuta e da construção coletiva. A coordenação da pesquisa, por exemplo, ao buscar financiamento para sustentar a Rede, precisa atender a critérios de produtividade acadêmica, como a publicação em periódicos de elevado prestígio, o que exige tempo de dedicação que compete com o trabalho junto ao movimento. Soma-se a isso a divisão desigual do trabalho e as hierarquias presentes na universidade, que tensionam diretamente os princípios de coautoria e horizontalidade.

Também se evidenciam limites materiais, especialmente no que diz respeito à escassez de recursos para garantir devolutivas adequadas às comunidades, como a produção de materiais acessíveis, contextualizados e em formatos diversos. Reconhecer essas condições não implica abandonar os princípios éticos que orientam a pesquisa, mas situá-los como parte de um campo de disputas, no qual é necessário negociar continuamente entre exigências institucionais e compromissos políticos e metodológicos. Por isso, uma ética colaborativa precisa incluir pactos sobre ordem de autoria, formas de reconhecimento, remuneração de tarefas específicas, cobertura de deslocamentos, tradução, cuidado e devolutiva.

No Brasil, essa tensão é agravada por um cenário regulatório múltiplo, em que pesquisas “com” seres humanos seguem diretrizes gerais do CNS, inclusive para Ciências Humanas e Sociais, enquanto a legislação oficial também reúne normas específicas relacionadas a pesquisas com povos indígenas e ao ingresso em terras indígenas. O resultado é que protocolos comunitários e coletivos não substituem as exigências institucionais, mas tampouco podem ser reduzidos a elas. Essa fricção aponta, em certos contextos, que a prática exige mediações entre a ética universitária, as normas estatais e os protocolos construídos com os povos e organizações envolvidas.

Outro impasse diz respeito à pressão da produtividade acadêmica, que cobra resultados rápidos, publicações em periódicos e entregas burocráticas. Tais lógicas são incompatíveis com os tempos da construção de confiança, com as pausas necessárias ao luto, à escuta, ao silêncio, à presença real. Como sustentar processos de longo prazo sem que sejam atropelados pelas métricas da eficiência?

Também enfrentamos o risco da captura institucional, em que práticas insurgentes e críticas acabam absorvidas pelas retóricas da “inovação” ou do sentido reduzido de “extensão” como evento, esvaziadas de sua potência transformadora. Existe um esforço constante em proteger o sentido político e ético do protocolo, sem permitir que ele seja apropriado como ferramenta tecnocrática.

Há ainda desafios concretos no campo da tradução intercultural: como traduzir conceitos, afetos, cosmologias e espiritualidades que não cabem nos vocabulários acadêmicos? Como lidar com os limites da escrita e da linguagem, sem transformar

saberes complexos em simplificações, ilustrações ou demonstrações de exotismo? Essa questão se torna especialmente sensível quando trabalhamos com espiritualidades indígenas, práticas de cura e experiências de travestis e trans, que operam em planos simbólicos e sensíveis muitas vezes intransponíveis aos códigos da ciência ocidental.

Além disso, como trabalhamos com pessoas indígenas LGBTQIAPN+, estamos junto com o grupo marcado pela violência colonial, sexista e heteronormativa. Com isso, os temas da saúde mental e a de subsistência econômica são centrais para a continuidade da vida, questões que atravessam o tempo, a continuidade e a materialidade da pesquisa. O apoio pode vir da escuta, do acompanhamento até centro de saúde, da escrita de projetos até receber pessoas em casa. São decisões difíceis e para as quais não temos respostas prontas. A fronteira entre as identidades de pesquisadora, militante e amiga por vezes se borra e gera fricções que não são de fácil resolução.

Os desafios afetivos e subjetivos implicados em toda pesquisa ética também se apresentam na lida com nossas próprias vulnerabilidades, conflitos internos do grupo, as dores e cansaços das violências reiteradas. Uma ética relacional não é apenas um princípio bonito: é uma prática cotidiana, feita de escuta, renúncia, cuidado, e também de frustração, desacordo e recomeço. Mesmo diante desses desafios, o Protocolo Ético da Rede Arandu segue como aposta radical na possibilidade de fazer pesquisa de outro modo, comprometida com a vida, com a justiça e com os mundos que insiste em acompanhar.

Por fim, a formação de pesquisadores e pesquisadoras, especialmente quando ainda *não reconhecem/ são reconhecidas* pelas pessoas, realidades e territórios *por quem* se pesquisa, constitui um objetivo e desafio contínuos. Os aprendizados da interação intercultural de forma respeitosa e engajada são, para muito além de um processo inserível em protocolos, uma trilha de investigação e revisão interna que posiciona a pesquisadora diante de contradições e sentimentos únicos, que exigem a revisão de estruturas internas e externas e a abertura radical para transformar-se e envolver-se. O protocolo é, também, portanto, um convite pedagógico à formação crítica e ética que transcenda a lógica instrumental da pesquisa e valorize a escuta, o cuidado, a convivência e a disposição para a dúvida. Isso implica repensar currículos universitários, práticas de orientação e critérios de avaliação, colocando no centro da formação a dimensão relacional da pesquisa e o compromisso com os mundos que ela mobiliza. A educação de pesquisadores/as que atuem em contextos interculturais e de resistência exige não apenas domínio técnico, mas sensibilidade política, ética e espiritual para atuar com responsabilidade e honestidade.

3. Reflexões (in)finitas

Começamos o artigo desde anotações em caderno de campo, desde dúvidas e angústias, porque de alguma forma ainda estamos aí. Percebemos a potencialidade e a urgência de práticas de pesquisa que se coloquem à serviço da mobilização social e da superação dos vários sistemas de opressão que se conectam de forma violenta. Todavia, o caminho está para ser trilhado. Não é mais possível pensar em um país sem a existência e importância dos povos indígenas, como também não podemos mais fazer pesquisa ignorando a agência e centralidade desses territórios e comunidades. Junto disso, é preciso

aprofundar a percepção da multiplicidade que os povos indígenas vivem e como isso nos interpela. Sim, é possível tratar de gênero e sexualidade desde suas demandas e publicizar o protocolo ético da Rede Arandu é parte desse processo.

Escrever sobre metodologia e ética científica implica reconhecer os limites da linguagem acadêmica para dar conta das dinâmicas afetivas, espirituais, relacionais e políticas que atravessam o campo da pesquisa. Implica também lidar com a tensão entre interculturalidade e sistemas de gênero, entre a sistematização e a formalização exigidas pelas estruturas universitárias e a complexidade e singularidade dos mundos indígenas e LGBTQIAPN+. Qualquer tentativa de descolonizar a metodologia exige uma revisão crítica não apenas das técnicas utilizadas, mas das próprias formas de se organizar, representar (SMITH, 2018) e engajar saberes, ciências e diversidades abarcadas. Defendemos que uma ética relacional e decolonial exige a colaboração como método e prática política. Sem colaboração, a ética corre o risco de se tornar retórica; sem ética, a colaboração corre o risco de se tornar instrumental e assimilacionista.

Citamos um conjunto de autoras feministas, descoloniais e do campo da antropologia a fim de entrelaçar saberes tecidos na Arandu com um conjunto de reflexões já realizadas em diferentes âmbitos da academia. Ainda assim, destacamos que metodologia e ética não são itens de um projeto, mas uma realização contínua e estruturante, que se transforma com os aprendizados advindos das interações entre pessoas e suas experiências coletivas e entrelaçadas. A participação da Rede durante o ATL mencionada na nota de abertura evidenciou o caráter aberto, não apenas de ‘aplicação’, da metodologia atravessada por reflexões sobre sua viabilidade e aprimoramento.

O Protocolo ético que apresentamos é, desde sua circularidade, um exercício onto-metodológico vivo e de engajamento, transformado e transformável pelos afetos e contradições a que somos confrontadas diante das demandas apresentadas, das lutas em que nos engajamos, das revisões intrínsecas ao papel de pessoas pesquisadoras em contextos de interculturalidade, de violência, de luta por justiça. Esta construção viva, com abertura à pluralidade, escuta generosa e cuidado mútuo, define a forma como tais princípios éticos são concebidos: não como abstrações normativas, mas como práticas encarnadas, fruto de vivências e de compromissos políticos tecidos coletivamente. Escrever sobre esse processo é, portanto, também escrever sobre os limites da neutralidade acadêmica, e assumir uma posição de partilha da iniciativa epistêmica como constituinte de um processo de colaboração.

Nosso Protocolo Ético constitui uma contribuição para a construção de práticas de pesquisa que não apenas reconhecem e engajam as lutas e demandas de povos indígenas e pessoas LGBTQIAPN+, mas que buscam uma inflexão ética, epistemológica e metodológica na forma como concebemos o sentido de “fazer ciência”. O protocolo não deve ser compreendido como um fim em si mesmo, mas como um artefato em processo, aberto à revisão, à escuta e à reescrita coletiva. Ele é tanto um produto quanto um processo: resultado de uma construção colaborativa enraizada nas experiências vividas, uma provocação contínua à reinvenção das formas de pesquisar e se implicar eticamente com os territórios e sujeitos envolvidos.

Transgredimos a ideia de “campo de pesquisa”, não como espaço de coleta, mas de encontro, engajamento, convivência e co-construção de saberes. Essa compreensão materializada no protocolo não é apenas uma orientação processual, é uma proposta epistemológica que convida a habitar a pesquisa como território de vínculo, a metodologia como gesto e participação, e a ciência como prática de engajamento. Nesse contexto, a ética em sua dimensão mais profunda se realiza na forma como nos situamos diante de outros sujeitos - com presença, engajamento e compromisso.

Desde os primeiros encontros, a elaboração da proposta foi atravessada por dúvidas conceituais, inquietações práticas e pela urgência de romper com os paradigmas extrativistas e epistêmicos que historicamente marcaram as pesquisas com povos indígenas. Inspirados por feministas, indígenas, *queer*, defensoras dos direitos da natureza, nos orientamos por um compromisso comum: produzir conhecimento de modo situado, corresponsável e engajado. A escolha de ocupar a palavra pesquisa — adjetivada por colaborativa — foi uma decisão política, tomada conscientemente em meio a tensões, ruídos e resistências. Em contextos marcados por desconfiança legítima diante da história colonial da pesquisa, afirmar a colaboração como gesto ético relacional e compromisso prático significou reconhecer que acompanhar não é intervir nem representar, mas caminhar junto. Não se trata apenas de transformar procedimentos, mas de transgredir sentidos: pesquisa como vínculo, como cuidado, como partilha e como forma de estar em rede — nas lutas, nos territórios, nas escutas e nas construções compartilhadas de mundos possíveis.

Um ano após os primeiros rascunhos desse texto, com já dois anos de atuação, seguimos investindo e dando sentido à colaboração, à construção de confiança e ao respeito profundo aos tempos, ritos e existências. Seguimos confiantes na abertura, na flexibilidade, na autoria compartilhada e encontrando formas cotidianas de mediar conflitos e avaliar as consequências da pesquisa efetivada. Por certo, temos ainda perguntas a responder: como enfrentar os privilégios e as desigualdades que atravessam a pesquisa colaborativa e como garantir condições materiais para uma participação indígena efetiva e contínua na Rede. Essas são apenas algumas das muitas inquietações que nos movem a pesquisar como forma de lutar por justiça epistêmica, social e política.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. Tradução de Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego e Leandro Durazzo. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ÁLVAREZ VEINGUER, Aurora; ARRIBAS LOZANO, Alberto; DIETZ, Gunther (org.). *Investigaciones en movimiento: etnografías colaborativas, feministas y decoloniales*. Buenos Aires: CLACSO; Madrid: Ministerio de Ciencia e Innovación; Agencia Estatal de Investigación, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20201216092831/Investigaciones-en-movimiento.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: la nueva mestiza*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2021.

BALL, Jessica; JANYST, Pauline. Enacting research ethics in partnerships with Indigenous communities in Canada: “Do it in a good way”. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, Thousand Oaks, v. 3, n. 2, p. 33–51, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1525/jer.2008.3.2.33>.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. Perspectivas y aportes de la investigación feminista a la emancipación. In: CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia et al. *Otras formas de (des)aprender: investigación feminista en tiempos de violencia, resistencias y decolonialidad*. Bilbao: Hegoa; SIMReF, 2019. p. 19–40. Disponível em: https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/409/metodologia_feminista.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

CASTELLANO, Marlene Brant. Ethics of Aboriginal research. *Journal of Aboriginal Health*, Ottawa, v. 1, n. 1, p. 98–114, 2004. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijih/article/view/28935>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central; Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: interseccionalidade como teoria crítica*. Tradução de Carla Rodrigues. São Paulo: Boitempo, 2022.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, P. Balduino de et al. (org.). *Descolonizar o feminismo*. Brasília: IFB, 2019. p. 32–51.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DE LA CADENA, Marisol. *Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds*. Durham: Duke University Press, 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, p. 155–161, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>.

GLOBAL INDIGENOUS DATA ALLIANCE. *Resources*. Disponível em: <https://www.gida-global.org/resources>. Acesso em: 10 abr. 2026.

GROSFOGUEL, Ramón. The structure of knowledge in Westernized universities. *Human Architecture*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 73–90, 2013. Disponível em: <https://scholarworks.umb.edu/humanarchitecture/vol11/iss1/8/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GRUPO DE TRABALHO EM PESQUISAS COM POVOS INDÍGENAS DA ANPOCS. *Carta ética: recomendações para pesquisas com povos indígenas*. ANPOCS, 2022.

GUAJAJARA, Sônia. Leia a íntegra do discurso da ministra Sonia Guajajara. *UOL Notícias*, São Paulo, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/leia-a-integra-do-discurso-da-ministra-sonia-guajajara.htm>. Acesso em: 27 jul. 2025.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. In: INGOLD, Tim. *Estar vivo*. Londres: Routledge, 2011. p. 229–243.

INGOLD, Tim. *Antropología: por qué importa*. Madrid: Alianza, 2020.

LUGONES, María. Playfulness, “world”-traveling, and loving perception. *Hypatia*, Hoboken, v. 2, n. 2, p. 3–19, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.1987.tb01062.x>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra: OIT, 1989. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 10.088/2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

REDE ARANDU. *Protocolo ético da Rede de Pesquisa Povos Indígenas, Gênero e Sexualidades*. Brasília: Rede Arandu, 2024.

RIBEIRO, Berenice Bento. Ética e pesquisa com populações LGBTQIA+. *Psicologia & Sociedade*, v. 34, 2022.

SARMIENTO, Iván et al. Bridging Western and Indigenous knowledge. *BMJ Global Health*, London, v. 5, e002488, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2020-002488>.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. The primacy of the ethical. *Current Anthropology*, Chicago, v. 36, n. 3, p. 409–440, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1086/204378>.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias*. Curitiba: UFPR, 2018.

SOUSA, Azzy Melo de; PANKARÁ, Nicholas; TUPINIKIM, Danilo; BELMONT, Flávia; MASO, Tchella. **Corpos e territórios: colonialidade, transfobia e genocídio de indígenas trans e travestis**. In: BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2026. p. 96–105.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TUXA, Felipe Sotto Maior Cruz. Povos indígenas, pesquisa e descolonização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 105, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/3610518/2020>.

URT, João; MASO, Tchella Fernandes. Autoetnografia em Relações Internacionais. *Textos e Debates*, v. 28, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v28i02.7993>.

VEGA, Cristina; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (org.). *Cuidado, comunidad y común*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113–148, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América Latina*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12–43.

WALSH, Catherine. Pedagogias decoloniais. In: MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 15–40.

Ethical Protocol of Arandu Network: Collaborative Research with LGBTQIAPN+ Indigenous Peoples

Abstract: This article analyzes the process of constructing the Arandu Network Ethical Protocol, a feminist and decolonial proposal for collaborative research with LGBTQIAPN+ indigenous peoples. We argue that overcoming academic extractivism requires not only ethical guidelines, but a radical reconfiguration of the relationships between researchers and communities, based on reciprocity, active listening and political commitment. Methodologically, the protocol was developed through participatory offices with indigenous and non-indigenous researchers, integrating postcolonial critiques, feminist epistemologies and demands of the indigenous movement. The article is structured in three topics: (1) a methodological reflection on the process of constructing the ethical protocol, highlighting the theoretical, political and epistemic foundations that inform it, anchored in the arguments of Janyst & Ball, Linda Tuhiwai Smith, María Lugones and Rita Segato; (2) an analytical presentation of the protocol's content, discussing its principles, structuring axes and practical guidelines, such as continuous consent and strategic feedback; (3) a debate on the initiative's contributions to academic research and the challenges that arise in consolidating an ethics based on social justice. We conclude that the protocol is not only a methodological instrument, but a political device that links the production of knowledge to the struggles for epistemic and territorial justice, redefining the meaning of research as a collective, situated and transformative practice.

Keywords: research ethics; decoloniality; indigenous peoples; intersectionality; LGBTQIAPN+.

Recebido: 10/09/2025

Aceito: 02/07/2026